

## FAMÍLIA E ESCOLA: UM ENCONTRO DE RELAÇÕES CONFLITUOSAS\*

Antonio Roberto Seixas da Cruz\*\*

**RESUMO** — Este artigo objetiva discutir as influências dos conceitos que os professores(as) têm de família na relação entre essa instituição e a escola. Percebe-se que o desencontro entre o modelo de família nuclear, baseado no modelo burguês, composto por pai, mãe e filho(s), e as realidades vivenciadas pelas famílias é um dos principais fatores que provocam conflitos entre aquelas duas instituições. O estudo proposto origina-se de reflexões realizadas através do nosso contato com educadoras da rede pública de ensino, alunas do Curso de Licenciatura em Pedagogia para as Séries Iniciais, oferecido pela Universidade Estadual de Feira de Santana, mais especificamente nas aulas de História da Educação no Brasil. Durante essas aulas, emergiram debates sobre a educação, sendo um tema recorrente a relação família e escola, cujo teor baseava-se, geralmente, na acusação dos docentes, em relação ao descaso dos pais/responsáveis, no que se refere ao acompanhamento de seus filhos ou tutelados em sua vida escolar. Através de leituras teóricas sobre a temática e análise dos discursos elaborados pelas professoras em sala de aula, percebemos que o conflito entre família e escola advém da falta de interlocução entre elas, principalmente, porque a escola tem ignorado as diversas tipologias familiares que vêm se configurando na atual conjuntura, considerando apenas o modelo nuclear, o que dificulta o diálogo entre a escola e as

---

\* Este artigo é resultado de pesquisas realizadas para o doutoramento, no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Profa. Dra. Elizete Silva Passos, e foi elaborado na Atividade: Trabalho Individual Orientado, sob a orientação da Profa. Dra. Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes.

\*\*Prof. Assistente (DEDU/UEFS). Prof. de Metodologia da Pesquisa em Educação na Faculdade Santíssimo Sacramento (Alagoinhas). Doutorando em Educação (UFBA). E-mail: roberto.seixascruz@gmail.com  
Universidade Estadual de Feira de Santana – Dep. de Educação. Tel./Fax (75) 3224-8084 - BR 116 – KM 03, Campus - Feira de Santana/BA – CEP 44031-460. E-mail: educacao.uefs@gmail.com

*famílias, que seria um dos caminhos para, senão resolver, amenizar os problemas vivenciados pela escola na busca de exercer o seu papel social com competência.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Educação. Família. Escola.*

## **INTRODUÇÃO**

A escola tem vivenciado profundas crises nos últimos anos. A impressão que temos, muitas vezes, é que o rumo a ser tomado é incerto. Nesta realidade complexa, podemos observar crianças que não se interessam pela escola; professores que procuram explicações para o fracasso de grande parte de seus alunos; teóricos buscando refletir e apontar caminhos para solucionar os problemas da educação; professores que acusam os alunos de serem indiferentes à escola e às suas respectivas famílias por não acompanharem o processo ensino-aprendizagem de seus filhos ou tutelados. Esses são, entre outros, os problemas vivenciados, atualmente, pela educação formal.

Neste contexto, tem-se tentado a efetivação de uma parceria entre a família e a escola, sendo esta apontada como uma das saídas para os grandes problemas vivenciados por estas duas instituições na educação dos seus respectivos filhos e alunos.

Assim, a escola tem procurado atrair os pais/responsáveis dos alunos com o objetivo de ajudá-los a se tornar mais envolvidos com seu próprio processo de aprendizagem para, conseqüentemente, obter o esperado sucesso escolar, no intuito de realizar os seus objetivos.

Não obstante a sonhada pareceria entre família e escola, quando essas se encontram, afloram conflitos que fazem com que ambas troquem acusações, nas quais os pais responsabilizam os professores pelo não aprendizado dos alunos, enquanto os professores culpam grande parte dos pais/responsáveis pelo não-aprendizado dos alunos e pelo insucesso.

Observamos, portanto, a existência de um claro conflito, apesar dos discursos retóricos sobre a parceria entre as instituições

ora analisadas. Na tentativa de compreender melhor o problema, muitos professores se arriscam no diagnóstico. Segundo eles, os alunos vão mal na escola porque a família está “desestruturada”, desorganizada, em processo de franca falência, e isso tem influenciado negativamente na vida dos discentes.

Mas, de que família a escola estaria falando? Em nossa perspectiva, a família a que se refere a escola é a nuclear, a qual não existe sozinha e tem sofrido profundas transformações, coexistindo, hoje, com uma diversidade de tipologias familiares: monoparental, reconstituídas, casais gays, essas, para citar algumas das muitas existentes em nossa complexa sociedade ocidental.

Sendo assim, a resposta à pergunta que vimos de fazer é complexa, visto que a escola tem trazido um conceito de família, no imaginário dos seus professores e profissionais da educação, que não existe nem existiu como único no decurso da história da sociedade, todavia, o modelo nuclear ao qual nos referimos é ainda o desejado e considerado ideal pela escola. Contudo, isto não significa que ele é o único viável, no que se refere a uma educação de sucesso.

A postura que defende o modelo de família nuclear como o ajustado, ao nosso ver, tem sido um dos principais fatores que levam ao distanciamento entre família e escola, e o pior, contribui para que essas duas instituições, agências fundamentais na vida do cidadão, estejam em processo de litígio entre si.

O presente artigo busca, justamente, refletir sobre o conflito entre a família e a escola, na perspectiva de contribuir para uma melhor compreensão da realidade conseqüente do encontro entre essas duas instituições formadoras.

Em primeiro lugar, faremos uma reflexão sobre a forma como tem sido tratada a relação família na atualidade. Num segundo momento, traçaremos uma discussão sobre a família e sua historicidade, visando demonstrar que o modelo de família nuclear existente no imaginário dos profissionais da educação e, em especial, dos professores, está diretamente ligado à consolidação da sociedade burguesa e que, portanto, é uma constituição histórica e não um fenômeno natural e eterno.

Este artigo não pretende dar conta da discussão sobre a relação família e escola. O que pretendemos é provocar uma discussão sobre os problemas gerados a partir do encontro entre essas instituições, com vistas a buscarmos saídas para os seus conflitos relacionais, fornecendo subsídios a fim de que estabeleçam entre si uma melhor interlocução.

## **1 CONTEXTUALIZANDO A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA**

Atualmente, a relação família-escola tem sido alvo de discussões de teóricos da educação e, também, dos diversos segmentos da sociedade, que apostam nessa relação, como um dos fatores que deverão garantir o sucesso dos alunos em suas trajetórias escolares.

Geralmente, os professores reconhecem que a participação da família no acompanhamento dos seus filhos/tutelados em suas vidas escolares é extremamente importante para o bom desempenho dos alunos. Não obstante, quase sempre, essa expectativa em relação à família transforma-se em acusação, delegando aos pais/responsáveis total responsabilidade pelo mau desempenho do discente na escola.

Complica-se tal situação quando os alunos são oriundos de famílias de classes populares – entre as quais encontram-se os maiores percentuais de vítimas do chamado fracasso escolar – visto que, em sua maioria, não se enquadram no modelo de família considerado parâmetro pelos professores: o nuclear, composto de mãe, pai e filho ou filhos residentes num mesmo domicílio, o que, na demografia, denomina-se de grupo doméstico.

Sem considerar a dinâmica das famílias de classes populares – como se constituem, organizam-se, como vivem com os poucos recursos econômicos provenientes de uma má e desigual distribuição de renda – os profissionais da educação acreditam, de modo geral, que existem, entre outras questões, duas fortes razões que levam os alunos a um mau rendimento escolar: a primeira, é porque as famílias encontram-se “desestruturadas”; e a segunda, deve-se ao fato de seus genitores/responsáveis não se envolverem, de forma comprometida com a vida escolar de

seus filhos. É freqüente ouvir de professores(as): “Os pais não se interessam pela vida escolar de seus filhos, por isso, não os acompanham nas atividades escolares, não comparecem às reuniões e nem procuram saber como estão no processo de aprendizagem na escola”.

Não se pode refletir sobre esta problemática, de forma reducionista. É preciso saber, também, o que os pais/mães de famílias e/ou responsáveis pelas crianças têm a dizer sobre sua aparente falta de compromisso com o acompanhamento dos respectivos filhos na escola.

Assim, algumas questões devem ser consideradas para o melhor entendimento dessa relação conflituosa: Quais os motivos que levam os pais/mães ou responsáveis a não atenderem às solicitações da escola? Que cuidados os pais/mães ou responsáveis tomam em relação à educação dos seus filhos no cotidiano e, mais especificamente, nas suas vidas escolares? Eles concordam com o que as professoras e professores afirmam sobre o rendimento escolar de seus filhos ou tutelados? Teriam os pais/mães ou responsáveis condições efetivas de orientar as atividades de seus filhos? Em suas condições materiais de existência, teriam os pais/mães ou responsáveis tempo para acompanhá-los nas atividades escolares e comparecer às reuniões da escola?

A análise minuciosa das dificuldades de aprendizagem dos alunos, em suas múltiplas dimensões, irá demonstrar que a situação de aprendizagem escolar é complexa e não se esgota peremptoriamente com a acusação de que os pais/responsáveis não cumprem o seu papel. É preciso considerar, portanto, os diversos elementos que poderão ajudar na explicação de tal fenômeno. Mesmo atentando para a situação num contexto mais abrangente, é preciso ter consciência de que todas as análises apenas se aproximam da complexidade da realidade de forma parcial, não exaurindo, portanto, as possibilidades de ampliação e compreensão da relação que se estabelece entre a família e a escola.

A compreensão dessa relação deve considerar onde se processa a dinâmica dessa relação. Por isso requer uma análise a partir das diversas tipologias familiares encontradas na rede

pública de ensino, através da qual pode ser verificada uma grande incidência de alunos das classes populares que são, segundo os professores e professoras, *desassistidos* pelas famílias, em relação ao processo educacional que vivenciam na escola.

São diversas as tipologias familiares encontradas nas redes municipal e estadual de ensino. Dentre essas tipologias, podemos citar algumas: nucleares (pai, mãe, filho ou filhos), reconstituídas (casais separados que contraem novas núpcias, muitas vezes juntando filhos do casal anterior e gerando outros), monoparentais (chefiadas por mulheres ou homens), casais gays que vêm reivindicando o direito de constituir uma família do tipo nuclear (pai e pai ou mãe e mãe), com filhos adotivos ou naturais, entre outras. Essa multiplicidade de tipologias familiares vem sendo diluída, pelo menos no que se refere às intenções da escola, num único modelo – a família nuclear.

Entendemos que as soluções para os problemas devidos ao encontro escola e família poderão ocorrer quando as problemáticas vivenciadas por essas duas instituições forem devidamente elucidadas ou, pelo menos, compreendidas.

Pretendemos, portanto, no presente trabalho, cujo título é: Escola e família: um encontro de relações conflituosas, refletir sobre a origem dos conflitos existentes entre a escola e a família e que influência têm os conceitos que os professores constroem sobre família, na relação entre essas duas instituições.

A problemática em foco tem nos inquietado em nossa trajetória de professor e, principalmente, nos últimos cinco anos, nos quais temos nos dedicado ao trabalho realizado num Curso de Licenciatura em Ensino Fundamental, da Universidade Estadual de Feira de Santana, que atende a professoras e professores da rede pública de ensino (estadual e municipal), cujas práticas docentes se realizam nas séries iniciais do ensino fundamental.

A convivência estabelecida desde o ano 2000, com professoras(es) em formação e ao mesmo tempo em exercício no magistério, tem nos enriquecido, possibilitando-nos uma aproximação razoável das questões vivenciadas por essas(es) professoras(es) do ensino fundamental, das séries iniciais, que, no geral, têm

atribuído as responsabilidades do insucesso escolar, entre outros motivos, às famílias dos seus alunos.

O presente texto, conforme já afirmamos, é resultante de um projeto, de nossa autoria desenvolvido em parceria com outros colegas docentes ligados à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), intitulado: Transformações das Famílias e Processo de Socialização: a dinâmica das relações educativas nas famílias recompostas<sup>1</sup>.

No momento em que a educação brasileira tem tomado novos rumos<sup>2</sup>, sobretudo, a partir da busca de aprofundamento da relação entre família e escola, acredita-se que a reflexão aqui proposta poderá contribuir, significativamente, na indicação de pistas e caminhos para a construção de uma educação mais eficaz, na qual, tanto a família quanto a escola deverão ter uma maior clareza de seus papéis, em relação à formação de cidadãos mais atuantes e mais capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos.

Através da leitura dos vários autores que vêm pesquisando sobre temas que tratam da relação entre escola e família: D'Ávila (1998), Cunha (2000), Marini (2000) entre outros, percebe-se que existem muitas lacunas a serem preenchidas nesse campo de investigação, entre as quais, detectamos a ausência de trabalhos que se preocupem com a forma como os professores estabelecem relações com as famílias de seus alunos, a partir dos conceitos que constroem ou carregam no seu imaginário, sobre o que é família. Assim, com a finalidade de contribuir com elementos que ajudem no preenchimento dessas lacunas, buscaremos refletir sobre a seguinte questão: Qual a origem dos conflitos existentes entre a escola e a família e que influência têm os conceitos que os professores constroem sobre família, na relação entre essas duas instituições.

## **2 REFLETINDO SOBRE A FAMÍLIA E SUA HISTORICIDADE**

A idéia de que tudo quanto existe na sociedade resulta de elementos naturalmente dados está presente no imaginário social, desconsiderando, portanto, a dinâmica histórica, fazendo

parecer que as transformações da estrutura social não podem se realizar por via da luta dos sujeitos históricos, e sim através do velho lema “ordem e progresso”, defendido pelo positivismo clássico.

Tal posição pode ser considerada, em primeiro lugar, como resultante de uma certa ingenuidade, no caso do senso comum; e em segundo lugar, poderá ser vista como mecanismo ideológico, que tem como intenção deliberada a manutenção do *status quo* da sociedade, ou seja, interessa a quem está no poder que as pessoas menos avisadas pensem que desde “o início as coisas sempre foram assim” e não poderão mudar.

Neste contexto, as instituições sociais configuram-se, aparentemente, como imutáveis, ingeradas e, portanto, eternas. Entidades que parecem ser inalteráveis no transcorrer do tempo.

Assim, a família ocidental, instituição que vem sofrendo profundas transformações e conotações, a depender da formação social e do contexto histórico, parece ter uma única definição. Aquela ligada ao sentido de núcleo: família nuclear formada por pai, mãe e seu respectivo filho ou filhos, residentes num mesmo domicílio. Tal concepção mascara, ignora ou esconde outros arranjos familiares que vêm sendo forjados no decurso da história da humanidade, além de levar a uma tendência à naturalização, como afirma Bruschini (1993, p. 50):

A tendência à naturalização da família, tanto no nível do senso comum quanto da própria reflexão científica, que leva à identificação do grupo conjugal como forma básica e elementar de toda família e à percepção do parentesco e da divisão de papéis como fenômenos naturais, criou, durante muito tempo, obstáculos de difícil transposição para sua análise.

Felizmente, alguns estudos vêm buscando romper com a concepção de naturalização da família. Para Ariés (1981), o modelo de família nuclear, como socializador das crianças, só passou a ser constituído a partir do século XVIII, o que rompe

com o mito de que a instituição familiar nuclear é algo que sempre existiu na sociedade ocidental.

Para explicar a sua afirmação, Ariès (1981, p. 226) lança mão do modelo de família vivido na Inglaterra do século XV, como se pode ver a seguir:

A falta de afeição dos ingleses manifesta-se particularmente em sua atitude com relação às suas crianças. Após conservá-las em casa até a idade de sete ou nove anos (em nossos autores antigos, sete anos era a idade em que os meninos deixavam as mulheres para ingressar na escola ou no mundo dos adultos), eles as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete a nove anos (portanto, até entre cerca de 13 e 18 anos).

Ariès (1981) ressalta, também, que até a metade do século XV, as representações de família e de infância eram ausentes na cotidianidade. A criança era vista como um “adulto em miniatura”, havendo um único mundo, para adultos e para crianças, sendo a aprendizagem processada através da interação direta.

No Brasil, pelo menos a partir da colonização portuguesa no Século XVI, a família constitui-se através de um caráter patriarcal e escravocrata, cujas características principais constituíam-se no encontro não tão amistoso das três principais raças (etnias): indígena, negra e branca, com seus costumes e contradições, conforme é esclarecido num trecho do livro *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933, p. 369):

Primeiramente eu estou persuadido, escrevia em 1837 no seu jornal *O Carapuceiro* o padre-mestre Miguel do Sacramento Lopes Gama, ‘que escravaria que desgraçadamente se introduziu entre nós, é a causa primordial da nossa péssima educação e em verdade quais os nossos primeiros mestres? São sem dúvida a africana, que nos amamentou,

que nos pensou, e nos subministrou as primeiras noções, e quantos escravos existiam na casa paterna em a tudo nos inocula essa gente safara, e brutal, que à rusticidade da selvageria une a indolência, o despejo, o servilismo próprio da escravidão.

Em outra passagem, Freyre (1933, p. 371) continua a descrição da vida cotidiana da família patriarcal:

À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Muleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos.[E às vezes o eram mesmo] [...]. Quantas mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes.

Eis alguns traços da origem da família brasileira, que não se constituíram como únicos, mas, pelo menos como integrantes de um modelo hegemônico, visto que essas raízes impregnaram, e muito, a formação dessa família. Contudo, como qualquer instituição social, a família brasileira foi se modificando com o passar do tempo. Tornando-se uma categoria bastante heterogênea, no que tange a sua composição, conforme nos esclarece Bruschini (1993, p.76):

As famílias foram conceituadas como unidades de reprodução social, incluindo a reprodução biológica, a produção de valores de uso e consumo -, inseridas em determinado ponto da estrutura social, definido a partir da inserção de seus provedores na produção. Foram definidas também como unidades de relações sociais, no interior das quais os hábitos, valores e padrões de comportamento são transmitidos a seus novos membros, configurando assim unidades de socialização e de reprodução

ideológica. São espaços de convivência nos quais se dá a troca de informações entre os membros e onde decisões coletivas a respeito do consumo, do lazer e de outros itens são tomadas. Nesse sentido, são também unidades nas quais os indivíduos maduros se ressocializam a cada momento, revendo e rediscutindo seus valores e comportamentos na dinâmica do cotidiano [...]. É também um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções [...].

Bruschini (1993) chama a atenção sobre o conceito de família, que, segundo ela, não cabe apenas numa forma simplista de definição, por isso opta, como se vê, por buscar formular um conceito das diversas formas de ser da família, com suas complexidades e contradições inerentes à sociedade atual.

Até pouco tempo, conceituava-se família utilizando-se como parâmetro o modelo dominante: nuclear e burguês, mas outros conceitos foram surgindo conforme vimos, posto que, numa determinada sociedade os modelos de família não são e nem podem ser homogêneos. A esse respeito, Fonseca (1989) afirma ser a ideologia liberal como um dos elementos responsáveis pelo desenvolvimento da família, que traz em seu seio a imagem de infância despreocupada, como fase privilegiada da vida, durante a qual adultos, por amor materno ou paterno, e não por interesse pessoal, assumem a responsabilidade pelo sustento e educação das crianças. Macedo (2001, p.37) é da opinião que:

Temos uma representação social comum do que é uma família e desta como condição *sine qua non* não apenas para a produção mas para a reprodução dos seres humanos – o que implica a formação de uma idéia acerca de um ambiente harmônico, repleto das condições ‘ideais’ ao desenvolvimento de seres ‘saudáveis e equilibrados.

No entanto, este é um modelo familiar que pouco tem a ver com a realidade vivenciada pela maior parte da população. Assim, a família de classes populares cria uma dinâmica social peculiar, cujas práticas são bem diferentes da lógica difundida pelo modelo dominante.

Segundo Fonseca (1989), as mães de classes populares, tendo que trabalhar fora para ajudar no sustento da família, raramente tinham a oportunidade de se dedicar inteiramente aos seus filhos. Além disso, havia uma fluidez dos limites da unidade doméstica, com extensa rede de parentesco, instabilidade conjugal e a circulação de crianças em famílias adotivas (visando seu sustento, ao mesmo tempo em que prestava e aprendia serviços domésticos).

Com isto, nas primeiras duas décadas do século XX, diferentemente do que acontecia no seio das famílias abastadas, as condições socioeconômicas da população trabalhadora dificultaram a formação de uma família nuclear como unidade doméstica, considerada como principal grupo socializador de crianças.

Atualmente, as condições de vida dos grupos populares continuam não facilitando o estabelecimento de uma família nuclear, estável e íntima, tal como está impregnado na mentalidade e no ideal das classes dominantes, e até mesmo no imaginário das classes populares, o que faz com que aquele modelo de família nuclear apresente-se como entidade natural, e que deve ser colocado como o único possível. Tal postura, tão praticada, nega elementos importantes das identidades históricas de diferentes grupos e suas respectivas organizações familiares.

Sendo assim, as noções do “eu” e do “outro”, base das relações sociais (a relação família e escola aqui se insere), encontram-se extremamente limitadas pela ideologia dominante. Esse comportamento ampara-se na justificativa de que existe um padrão de superioridade (modelo de família) que se sobrepõe a outros tantos. Dessa maneira, menosprezam-se os padrões advindos de outros grupos, que são considerados como desviantes, como errados e, em alguns casos, até imorais. Atitudes estas preconceituosas e excludentes.

Preconceitos, na perspectiva de Heller (1992), são juízos permanentes, por meio dos quais os indivíduos são rotulados

e estereotipados e têm suas características ignoradas, por não estarem de acordo com a idealização, com o estereótipo atribuído àqueles sujeitos. A maior produtora de preconceitos é, sem dúvidas, a classe dominante, que pretende, com isso, manter a coesão de uma estrutura social, da qual ela mesma se beneficia.

Além de querer enquadrar as famílias num único padrão hegemônico, as diversas instituições (religiosas, escolares, entre outras) acabam por ignorar outras estruturas surgidas com o advento das profundas transformações da sociedade brasileira. Isso faz com que, no caso da escola, queira-se homogeneizar os comportamentos dos seus alunos, que são oriundos das mais diversas situações.

No meio dessa complexidade social que vem sofrendo transformações vertiginosas, configuram-se os vários tipos de famílias, conforme anunciamos anteriormente: nucleares, reconstituídas, monoparentais (chefiadas por mulheres ou homens) e casais *gays* entre outros modelos emergentes. Essas multiplicidades de tipologias familiares vêm sendo desconsideradas e/ou desprezadas pela escola em favor de um único modelo – a família nuclear.

## **2.1 FAMÍLIA IMAGINADA E FAMÍLIA REAL – LOCALIZANDO O CONFLITO**

Acreditar que o modelo de família nuclear, concebido pela escola, é o único viável interfere, decisivamente, nas relações dos professores com seus alunos e com os familiares destes, uma vez que esta é uma forma de ser e de estar segundo a ideologia dominante, e não corresponde, necessariamente, às realidades vivenciadas pelas diversas tipologias familiares.

É preciso buscar compreender que essas famílias são oriundas de diversas categorias sociais, necessariamente articuladas a um contexto histórico específico. Assim, há que se considerar fatores, como, gênero, classe, raça, dando-se destaque para a questão de gênero, considerando essa categoria, na perspectiva de Scott (1990, p. 14), como a que vem responder a uma necessidade de desnaturalizar a desigualdade entre mulheres e homens, revelando sua dimensão de constructo social, conforme esclarece a clássica definição:

*Sitientibus*, Feira de Santana, n.37, p.27-45, jul./dez. 2007

gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e [...] é um primeiro modo de dar significado às relações de poder.

Nesse conceito, Scott (1990) ressalta a importância da percepção e representação das diferenças (da linguagem, dos símbolos, das doutrinas, etc.) e da significação do gênero como campo de articulação de poder.

É neste sentido que ressaltamos a importância de se considerar as famílias de classes populares, procurando verificar como essas têm sido percebidas pelos professores – se é que há essa procura de percepção, e a partir dos resultados, procurar entender a luta acirrada vivida atualmente entre a escola e a família.

Quanto à contenda entre as duas instituições, Cunha (2000, p. 447) afirma que elas encontram-se em profundo conflito:

[...] Se perguntarmos aos pais, possivelmente obteremos uma extensa lista de insatisfações quanto à escola que cuida de seus filhos. Se fizermos a interrogação aos professores, é provável que estes apontem inúmeros aspectos em que as famílias deixam a desejar. No momento, vemos intensificado esse confronto por causa dos inúmeros fatos que compõem o lamentável quadro de violência que atinge as instituições e a todos preocupa.

Mesmo diante desse conflito vivido entre escola e família, os pais ainda confiam na escola como instituição que não só deverá instruir seus filhos, como também deverá educá-los. Tal atitude pode suscitar a crença de que a família quer se ausentar de suas responsabilidades. Não obstante, o que pode estar acontecendo é que a falta de interlocução entre a escola e os diversos tipos de composições familiares tem dificultado a relação entre as partes.

Frente a essa problemática, por que então as famílias continuam confiando a educação de seus filhos às escolas,

mantendo-os nestas instituições? Segundo estudos de Gusmão (1995) e o de D'Ávila (1998), a escolaridade é vista em famílias de classes populares, como fator de melhoria de condições de vida para os descendentes, levando, portanto, ao investimento na sua escolaridade, mesmo quando estes resultados apontam para um caminho do chamado fracasso escolar. Há, portanto, indícios de que as famílias guardam sempre uma esperança de ascensão social mediante a educação formal.

Um outro elemento que dificulta a relação família e escola caracteriza-se pelas dificuldades existentes nas relações de gênero entre mães e educadoras. Estes dois lados vivem em constante disputa em relação ao mando da criança. Nesse sentido, a maternagem, o trabalho doméstico e o trabalho assalariado estariam sempre em pauta, entre as atribuições da mãe e as responsabilidades das educadoras, mais do que a própria criança, pois a mãe é que seria avaliada em sua maternagem pelas educadoras, que sentem a necessidade de desqualificar o tipo de educação proveniente da mãe e reafirmam o papel profissional que desempenham.

A despeito das acusações provenientes da escola, a respeito da negligência das famílias de classes populares, em relação aos seus filhos, Marini (2000, p. 4) diz:

Fragilizando a lógica da escola, sobre uma das causas do fracasso escolar ser a indiferença das famílias para com os estudos das crianças, aspecto a destacar da investigação, é que as mães, embora não comparecessem às reuniões, não deixavam de acompanhar os estudos de seus filhos. Mesmo encontrando-se na condição de analfabetas, as mães criavam formas próprias de acompanhar seus filhos na escola, como por exemplo, olhar a quantidade diária produzida no caderno e observar a leitura da criança na televisão. A ajuda dos irmãos mais velhos nas atividades escolares das crianças apresentava-se como principal recurso das mães para apoio dos filhos em questão.

Estudos têm apontado que, ao contrário do que acusa a escola, os pais/responsáveis pelos alunos têm se ausentado

da escola, não por desinteresse, mas, porque se sentem inferiorizados por estarem, muitas vezes, na condição de analfabetos e, também, pela vergonha que experimentam quando são expostos juntamente com seus filhos nas reuniões da escola, além de estarem, quase sempre, envolvidos na luta pela sobrevivência.

Mesmo vivenciando essas dificuldades, muitos pais/responsáveis acabam por assumir que o fracasso escolar dos filhos passa pela “ignorância” deles, em relação ao mundo das letras. É aquela antiga justificativa que “fulano não tem cabeça, não aprende, não tem jeito, é como o pai/mãe”. Atributos forjados, na maioria das vezes, pela inabilidade da escola em lidar com seus alunos e suas famílias, oriundos de diversas camadas da sociedade, entre as quais, as classes de baixa renda. Esta atitude, segundo Brandão (1995), é oriunda de uma ideologia que forma o discurso do sujeito ao mesmo tempo em que o faz acreditar que o seu discurso é próprio de si mesmo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao refletir sobre as condições em que se processam as relações estabelecidas entre a família e a escola, percebemos nitidamente que um dos elementos que mais influenciam, de forma negativa, nessas relações é a forma como a escola insiste em ver as famílias que não se encontram inscritas nos padrões da família nuclear. Tal comportamento da instituição escolar afasta, certamente, as duas instituições, dificultando o diálogo entre elas.

É preciso que a escola considere seus alunos em suas múltiplas dimensões e busque compreendê-los como sujeitos históricos provenientes de diferentes contextos, o que os faz seres heterogêneos.

É preciso fugir da falsa idéia de que existe nos indivíduos uma essência, que se apresenta igual em todos eles. Essa ilusão afasta a escola dos seus alunos e a coloca numa posição de severa juíza daqueles que não estão enquadrados em seu imaginário, como oriundos de famílias bem-estruturadas.

Não podemos querer, na realidade de uma sala de aula, discentes padronizados, com um comportamento único, com

uma identidade única. À escola cabe o desafio de encontrar soluções para o impasse que se estabelece entre ela e as famílias de seus alunos, procurando atraí-las para uma parceria possível, sem procurar transformá-las em modelos perfeitos de famílias, o que seria, no mínimo, ingênuo e, no extremo, uma forma de excluir aqueles que não estão enquadrados nos padrões que povoam o imaginário de professoras e professores.

Resta à escola aceitar o desafio, considerando que seus alunos jamais comporão um grupo homogêneo, e que suas famílias são o que são e é isso que a escola deverá aprender a fazer: enfrentar e trabalhar a realidade tal qual ela se apresenta e não como gostaria que fosse.

## **FAMILY AND SCHOOL: AN ENCOUNTER OF CONFLICTING RELATIONSHIPS**

**ABSTRACT** — *This article aims to discuss the influences of the concept of family, created by teachers, concerning the relationship between this institution and the school. Conflicts between them are strong, because the school only considers one type of family - that one with a mother, a father and the children. The school doesn't know much about the real way most of families live. The proposed study has its origin in public high school teachers' view points, taking into consideration that those teachers are also under-graduate students of the course - Licenciatura in Pedagogy for initial series of elementary school, offered by Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS (a state university in Bahia, Brazil). Classes of the subject History of Education in Brazil, were the locus of long debates on the issue, and then, the theme was thought of the relationship between family and school. Teachers point out the indifference on the part of parents or responsible when they have to accompany their children school life; on the other hand, they ignore the different kinds of family with different ways of living. So, those aspects presented have complicated the supposed relationship instead of facilitating it.*

**KEY WORDS:** *Education. Family. School.*

## NOTAS

<sup>1</sup> Este projeto, desenvolvido com o apoio institucional da UEFS e UNEB, tem por objetivos: “verificar se as relações educativas nas famílias formadas pelo pai (ou pela mãe) custodial e seu novo parceiro (ou nova parceira) reproduzem ou rompem com as que vigoravam na família que reunia os genitores da criança”; “analisar as relações educativas nas famílias recompostas a partir das relações de gênero”; “examinar se as diferenciação das famílias recompostas, segundo a menor ou maior interferência das relações de sexo nas relações educativas.” O referido Projeto sofreu redução de continuidade devido ao meu afastamento para a realização do Curso de Doutorado e diminuição da carga horária de uma de suas integrantes.

<sup>2</sup> Busca de valorização do aluno como responsável pelo seu processo de aprendizagem; valorização da construção da autonomia do sujeito cognoscente; busca de estratégias de envolvimento da família na vida da escola, entre outras mudanças.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Trad. Por Dora Flashman. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1981.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; NOGUEIRA, Viviane N. de A. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1993.

CUNHA, M. V. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

D’ÁVILA, J. L. P. Trajetória escolar: investimento familiar e de classe. **Educação & Sociedade**, 62. Campinas: CEDES/UNICAMP, Ano XIX, p. 31-63,1998..

FAGUNDES, T. C. C. **Pedagogia: escolha marcada pelo gênero**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

FONSECA, C. Pais e filhos na família popular do século XX. In: D'INCAO, M. A. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

FREIYE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1933.

GUSMÃO, N. M. M. Infância e a escola em famílias negras de São Paulo. **CEDES**, 42: Família, escola e sociedade. Campinas: CEDES/UNICAMP, 1997, p. 53-74.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Trad. Por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MACÊDO, M. dos S. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Célia Regina (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2001, p.54-83.

MARINI, F.; ROSELLI, R. M. **Relatório de pesquisa**. São Carlos: UFSCar/DME, 2000.

PASSOS, E. S. **A Educação das Virgens: um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul.-dez.1990.

SCOTT, Parry. Gênero, desigualdades sociais e família no Nordeste. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 11., 1989, Águas de São Pedro. (mimeo.).

SORJ, B. Relações de gênero e teoria social. In: **REUNIÃO DA ANPOCS**, 17, Caxambu, MG, (mimeo.).